



Escola de Administração Fazendária

*Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.*



GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAIS RICO É PAIS SEM POBREZA

Controladoria-Geral da União-CGU

Concurso Público: AFC/CGU-2012  
(Edital ESAF n. 07, de 16/4/2012)

**Cargo: Analista de Finanças e Controle**

Área:

**Administrativa**

**Prova**

**3**

**Instruções**

**Conhecimentos Especializados**

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição: \_\_\_\_\_

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:  
***“Inspiração vem dos outros. Motivação vem de dentro de nós.”***
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.2.7 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## ADMINISTRAÇÃO ESTRATÉGICA

- 1 - Acerca dos conceitos de gestão estratégica e planejamento estratégico, é correto afirmar que
- o conceito de gestão estratégica é mais amplo que o de planejamento estratégico.
  - problemas rotineiros e previsíveis constituem objeto principal do planejamento estratégico.
  - o conceito de planejamento estratégico é mais amplo que o de gestão estratégica.
  - problemas rotineiros e previsíveis constituem objeto principal da gestão estratégica.
  - ambos os conceitos se equivalem, podendo ser tidos como sinônimos.
- 2 - Entre as diversas Escolas do Pensamento Estratégico, uma delas possui caráter abrangente e eclético, segundo o qual, para cada período ou situação de contexto, a organização deve adotar uma determinada estrutura de formação de estratégias, em função da alternância entre estabilidade e necessidade de transformação. Trata-se da
- Escola do *Design*.
  - Escola Empreendedora.
  - Escola Ambiental.
  - Escola da Configuração.
  - Escola do Planejamento.
- 3 - Em seu sítio eletrônico, o Tribunal de Contas da União informa que sua principal atividade é o "controle externo da administração pública e da gestão dos recursos públicos federais". Ao assim proceder, de fato o TCU revela a sua (o seu):
- Meta.
  - Negócio.
  - Visão de futuro.
  - Objetivo.
  - Missão.
- 4 - Como ensina a Análise *SWOT*, nos casos em que, da combinação entre ambientes e variáveis resultar a predominância simultânea de pontos fortes e de ameaças, espera-se que a organização se decida pela(o):
- Sobrevivência.
  - Desenvolvimento.
  - Manutenção.
  - Crescimento.
  - Confrontação
- 5 - Considerado uma importante ferramenta de gestão estratégica, o *Balanced Scorecard* busca a maximização dos resultados com base nas seguintes perspectivas, exceto:
- Concorrência e tecnologia.
  - Financeira.
  - Clientes.
  - Processos internos.
  - Aprendizado e crescimento.
- 6 - Nos moldes atuais, a adoção de estratégias competitivas, pela administração pública como um todo, afigura-se tarefa pouco sustentável uma vez que
- é impensável supor a possibilidade de concorrência entre órgãos públicos.
  - sua aplicabilidade se restringe às empresas públicas.
  - os serviços públicos entregues aos usuários não podem ser diferenciados.
  - a administração pública carece de uma contabilidade de custos efetiva.
  - sua aplicabilidade se restringe às empresas públicas e às sociedades de economia mista.
- 7 - Acerca da aplicabilidade da Gestão Estratégica ao setor público, é correto afirmar que
- a Gestão Estratégica é dispensável para uma instituição como a Câmara dos Deputados, já que sua missão e seu papel encontram-se inteiramente demarcados na Constituição Federal.
  - o modelo tradicional de BSC é totalmente adequado aos órgãos da administração pública, sendo desnecessárias quaisquer adaptações.
  - o uso dos preceitos de Gestão Estratégica apenas se justifica nas entidades da administração indireta, dadas sua natureza e finalidade.
  - a aplicação do BSC na administração pública dispensa preocupações com a perspectiva financeira, já que o lucro não é um de seus objetivos.
  - a perspectiva cliente é ponto fundamental de Gestão Estratégica ainda que, na administração pública, o conceito de clientela seja menos desenvolvido que na iniciativa privada.

8 - De acordo com o Guia Referencial para Medição do Desempenho da Gestão, de lavra da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, indicadores de desempenho devem ser especificados por meio de métricas estatísticas, comumente formadas por porcentagem, média, número bruto, proporção e índice. Isso posto, a grandeza qualitativa ou quantitativa que permite classificar as características, resultados e consequências dos produtos, processos ou sistemas refere-se ao seguinte componente básico de um indicador:

- a) Medida.
- b) Fórmula.
- c) Índice.
- d) Padrão de comparação.
- e) Meta.

9 - Ao realizar uma abordagem estratégica sobre o papel dos órgãos de controle, a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE), por meio da Agenda Nacional de Gestão Pública, apresenta uma série de problemas atuais, propostas de soluções e desafios para o futuro. Nesse contexto, é correto afirmar que à SAE interessa

- a) o aumento da judicialização da gestão pública, por meio do fortalecimento do caráter repressor e punitivo do direito administrativo.
- b) a redução da profunda desconfiança com que os órgãos de controle costumam olhar o terceiro setor e a atividade empresarial.
- c) o incremento do viés legalista, em desfavor do enfoque fiscalizatório voltado a resultados.
- d) a redução da transparência na tramitação de processos que envolvam o setor público e o setor privado.
- e) a promoção de uma nova postura dos órgãos administrativos, a fim de que se aliem à cultura vigente dos órgãos de controle.

10- Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre proprietários, Conselho de Administração, Diretoria e órgãos de controle. Nesse contexto, também aponta o IBGC os seguintes princípios básicos de governança corporativa, todos passíveis de aproveitamento no âmbito do setor público, exceto:

- a) Equidade.
- b) Responsabilidade Corporativa.
- c) Legalidade e Legitimidade.
- d) Transparência.
- e) Prestação de Contas (*accountability*).

## CONTABILIDADE PÚBLICA

11 - Examine os itens a seguir a respeito dos conceitos e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, assinale Verdadeiro(V) ou Falso(F) e escolha a opção que indica a sequência correta.

- I. O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público abrange todas as entidades do setor público;
- II. A função social da contabilidade aplicada ao setor público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias para a tomada de decisão;
- III. Ocorre o surgimento de novas unidades contábeis quando se procede à soma, agregação ou divisão do patrimônio de uma ou mais entidades;
- IV. O objeto da contabilidade aplicada ao setor público são os recursos públicos.

- a) V, V, F, F
- b) F, F, V, F
- c) V, V, V, F
- d) V, F, V, V
- e) V, V, V, V

12 - Assinale a opção incorreta a respeito dos critérios a serem levados em conta para a mensuração dos ativos dos entes submetidos às regras da contabilidade aplicada ao setor público.

- a) Os títulos de crédito, os direitos e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente.
- b) Os ativos imobilizados recebidos por doação devem ser registrados por valor simbólico.
- c) A participação no capital de empresas deve ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
- d) Um dos critérios a ser levado em conta na mensuração do intangível é se o custo desse ativo pode ser mensurado com segurança.
- e) As disponibilidades em moeda estrangeira são mensuradas pelo valor original, feita a conversão à taxa vigente na data do Balanço Patrimonial.

13 - Em contratos de Parcerias Público-Privadas – PPP, o parceiro público deve seguir a seguinte regra na contabilização de investimento em obras ou aquisição de bens financiados por ele.

- a) O reconhecimento contábil somente ocorre se o valor do bem for superior ao estipulado em documento específico para esse fim.
- b) Tendo em vista que na parceria os riscos são do ente privado, o ente público não realiza qualquer registro em seu balanço.
- c) O reconhecimento contábil no ente público ocorre quando, em decisão compartilhada, a administração couber ao financiador do bem.
- d) Registra-se contabilmente somente a transferência financeira ao parceiro privado destinada à aquisição do bem ou a realização da obra.
- e) Registra-se no seu balanço patrimonial como obras em andamento ou bem específico, podendo haver a assunção de dívida.

14 - Assinale a opção incorreta a respeito da estrutura, conteúdo e forma de apresentação do Balanço Financeiro de que trata o art. 103 da Lei n. 4.320/64.

- a) As destinações vinculadas não podem ser demonstradas de forma agrupadas nesta demonstração.
- b) O superávit ou déficit financeiro apurado nesta demonstração não se confunde com o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial.
- c) As transferências financeiras não decorrentes da execução orçamentária também são evidenciadas nesta demonstração.
- d) O saldo inicial e o saldo final em espécie devem ser evidenciados no Balanço Financeiro.
- e) A diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários deduzidos dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários constitui o resultado financeiro.

15 - Assinale a opção correta a respeito das regras sobre a escrituração contábil e consolidação das contas públicas determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

- a) As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários separados quando seus valores superarem em trinta por cento as despesas totais do ente.
- b) O regime de competência deve ser observado tanto para as receitas quanto para as despesas e também na assunção de compromissos.
- c) Os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória devem ser identificados na demonstração das disponibilidades de caixa.
- d) Os recursos oriundos da alienação de ativos podem ser evidenciados na demonstração das variações patrimoniais pelos seus valores globais juntamente com os demais recursos.

e) As transações das empresas estatais dependentes não integram as demonstrações contábeis consolidadas em razão de o seu regime contábil ser diferenciado dos demais entes públicos.

---

## LICITAÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS

16- Iniciada a licitação sob a modalidade de pregão, o Estado membro da federação, condutor do certame, abriu as propostas de preço das duas únicas licitantes que acudiram à licitação. Procedeu à fase de lances verbais a fim de buscar o preço mais vantajoso em função da competitividade que ali deveria estar estabelecida.

Os preços ofertados, mesmo após os lances, permaneceram muito próximos do limite máximo constante do instrumento convocatório.

Diante da situação acima narrada, o Estado membro encaminha à sua consultoria jurídica justificativa formal para a revogação do certame, sob a alegação de ausência de competitividade e malferimento do interesse público.

Após parecer favorável da área jurídica e por despacho fundamentado da autoridade competente, o certame restou revogado, dando lugar a novo pregão, que buscava a contratação de idêntico objeto.

Tendo em mente o caso concreto acima narrado e a jurisprudência do STJ, assinale a opção correta.

- a) A revogação somente seria válida mediante procedimento que assegurasse aos licitantes o contraditório e a ampla defesa.
- b) Ao titular de mera expectativa de direito não se abre contraditório, sendo possível a revogação realizada antes da homologação do certame.
- c) Não há regra determinando o número mínimo de licitantes em um pregão, portanto esta não é motivação possível para revogação, nos termos do art. 49 da Lei n. 8.666/93.
- d) Estando o valor da proposta de preços dentro do patamar máximo do edital, não pode ser alegado malferimento do interesse público pelo elevado valor das propostas, a revogação não foi correta.
- e) A licitante que ofertou o menor preço tem direito à adjudicação, independentemente das razões postas pelo condutor do certame.

17- Determinada municipalidade realizou procedimento licitatório para contratação de empresa a ser responsável pela construção de 2 km de rede coletora de esgoto.

Findo o certame, sua homologação foi realizada pelo prefeito do município contratante.

Adjudicou-se o objeto licitado à empresa de propriedade do sobrinho do referido prefeito.

A referida licitação foi realizada sob a modalidade de convite, tendo sido a empresa vencedora a única a comparecer ao certame.

A despeito da exigência editalícia de apresentação de CND, relativamente à regularidade fiscal da licitante, foram apresentadas declarações de auditores fiscais que atestavam a inexistência de débitos.

Acerca do caso concreto acima narrado, assinale a opção correta.

- a) O procedimento licitatório foi regular, não havendo qualquer vício em sua homologação ou adjudicação.
- b) Não há, na Lei n. 8.666/93, qualquer dispositivo que proíba a participação de parentes nas licitações em que o servidor público atue na condição de responsável pela homologação do certame, portanto, foi regular a homologação realizada pelo prefeito da municipalidade.
- c) Declarações de auditores fiscais podem atestar a regularidade fiscal do licitante, não sendo exigível a certidão negativa de débitos para este fim.
- d) O fato de a empresa vencedora ter sido a única licitante a apresentar proposta válida não ensejaria, por si só, a repetição do convite, ainda que não tenham sido apostas justificativas formais para a ausência de outros licitantes concorrentes.
- e) Houve conflito de interesses na condução do certame, configurando-se violação da norma contida nos §§ 3º e 4º do Art. 9º da Lei n. 8.666/93.

18- Determinada empresa "A" fora punida com a penalidade inscrita no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93. Passados seis meses após a aplicação definitiva da penalidade, seus únicos dois sócios constituíram a empresa "B", com o mesmo objetivo social, mesmo quadro societário e mesmo endereço.

Após sua constituição, a empresa "B" acudiu à licitação conduzida pelo mesmo município que aplicara a penalidade à empresa "A".

O município condutor do certame, após ter percebido o indigitado feito, (assegurados o contraditório e a ampla defesa à empresa "B" estendeu à empresa "B" os efeitos da sanção de inidoneidade para licitar aplicada à empresa "A", aplicando-se no caso em tela a desconsideração da personalidade jurídica na esfera administrativa.

Acerca do caso concreto acima descrito, assinale a opção correta.

- a) A extensão da penalidade à empresa "B" seria válida ainda que não tivesse sido precedida de procedimento administrativo que lhe tenha garantido o contraditório e a ampla defesa.
- b) O ato administrativo que estendeu os efeitos da penalidade à empresa "B" não era autoexecutório e seria necessário levar o caso à apreciação do Poder Judiciário.
- c) O ato administrativo que estendeu os efeitos da penalidade à empresa "B" é nulo, posto que a lei não faculta à Administração Pública a possibilidade de desconsiderar a personalidade jurídica para estender sanções administrativas a outra sociedade empresária.
- d) A aplicação da teoria da desconsideração da personalidade jurídica neste caso concreto deu-se em respeito ao princípio da moralidade administrativa.
- e) Somente Poder Judiciário, em situações envolvendo relação de consumo, poderia desconsiderar a personalidade jurídica de uma empresa.

19- Considera-se inviável a competição, exceto:

- a) por ausência de pluralidade de alternativas.
- b) por ausência de mercado concorrencial.
- c) por impossibilidade de julgamento objetivo.
- d) por ausência de definição objetiva da prestação.
- e) por preferência subjetiva em relação ao objeto da contratação.

20- As colunas abaixo trazem, respectivamente, hipóteses arroladas na Lei n. 8.666/93 como passíveis de dispensa e o ângulo de manifestação de desequilíbrio na relação custo/benefício caso houvesse obrigatoriedade para licitar. Correlacione-as para, ao final, assinalar a opção que contenha a sequência correta.

Coluna I	Coluna II
( ) Para serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo 23 da Lei n. 8.666/93, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.	(1) Custo econômico da licitação.
( ) Quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.	(2) Ausência de potencialidade de benefícios.
( ) Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.	(3) Destinação da contratação.
( ) Quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.	(4) Custo temporal da licitação.

- a) 3 / 2 / 1 / 4
- b) 1 / 2 / 4 / 3
- c) 2 / 1 / 4 / 3
- d) 1 / 2 / 3 / 4
- e) 4 / 2 / 1 / 3

21- Determinado Município da Federação, após a posse de seu prefeito, ocorrida em janeiro de 2001, iniciou as medidas necessárias ao cumprimento dos diversos tópicos do programa de governo.

Entre os itens do referido programa de governo, constava a revitalização da festa de carnaval da cidade, restaurando uma de suas mais antigas tradições.

O prefeito, recém-empossado, por não haver tempo hábil para a realização de procedimento licitatório, resolve afastá-lo sob o argumento de que as contratações necessárias à realização da festa montavam, individualmente, menos de R\$8.000,00 (oito mil reais) cada.

Foram realizadas 4 (quatro) contratações distintas com um mesmo fornecedor, que somadas montavam R\$27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais).

O carnaval se realizou e posteriormente pendeu sobre o prefeito da cidade uma ação penal pelo cometimento do crime tipificado no art. 89 da Lei n. 8.666/93.

Tendo em mente o caso concreto acima narrado, assinale a opção que esteja em consonância com recente julgado da corte especial do STJ.

- a) O crime previsto no art. 89 da Lei n. 8.666/93 exige dolo específico.
- b) O crime previsto no art. 89 da Lei n. 8.666/93 pode prescindir do efetivo dano ao erário.
- c) Ainda que a contratação tivesse sido custeada por recursos privados oriundos de patrocínio, o tipo penal estaria configurado.
- d) Não era exigível do tribunal de contas fiscalizador da municipalidade em tela o encaminhamento de cópia do processo de tomada de contas ao Ministério Público.
- e) A empresa contratada deve ser penalizada porquanto fora beneficiada pela dispensa ilegal.

22- A coluna I, abaixo, traz uma relação de objetos para cuja contratação a Administração Pública está obrigada a licitar.

A coluna II elenca determinadas modalidades de licitação.

Correlacione as colunas e ao final assinale a opção que contenha a sequência correta para a coluna I.

Coluna I	Coluna II
( ) Venda de produtos apreendidos ou penhorados.	(1) Concorrência.
( ) Escolha de trabalho técnico, científico, ou artístico mediante a instituição de prêmio.	(2) Pregão.
( ) Para a contratação de bens ou serviços comuns.	(3) Leilão.
( ) Para a concessão de direito real de uso.	(4) Concurso.
( ) No caso de licitação internacional em que não haja cadastro internacional de fornecedores.	

- a) 1 / 2 / 3 / 4 / 1
- b) 3 / 4 / 1 / 2 / 1
- c) 3 / 4 / 2 / 1 / 1
- d) 2 / 4 / 2 / 1 / 3
- e) 4 / 3 / 1 / 2 / 2

23- Acerca da disciplina de contratação de serviços continuados ou não, por órgãos ou entidades do SISG introduzida pela IN 02, de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores, responda à questão a seguir, atribuindo 1 às opções verdadeiras e zero às falsas.

Após a análise das opções, proceda ao somatório e assinale a opção que registre o valor correto do resultado obtido.

23.1) Serviços distintos devem ser licitados e contratados separadamente, assinados e publicados em documentos diversos.

23.2) A segregação de funções impede a contratação do mesmo prestador para realizar serviços de execução e fiscalização relativos ao mesmo objeto.

23.3) A contratação de sociedades cooperativas somente poderá ocorrer quando o serviço demandar relação de subordinação entre a cooperativa e os cooperados.

23.4) É vedado à Administração considerar os trabalhadores da empresa prestadora de serviços de manutenção de prédios como seus colaboradores eventuais, especialmente para a concessão de diárias e passagens.

23.5) O quantitativo de mão de obra a ser utilizado na prestação do serviço é cláusula obrigatória nos instrumentos convocatórios.

- a) 2
- b) Zero
- c) 1
- d) 3
- e) 5

24. Acerca da disciplina de contratação de serviços continuados ou não, por órgãos ou entidades do SISG introduzida pela IN 02, de 30 de abril de 2008 e alterações posteriores, responda à questão a seguir, atribuindo 1 às opções verdadeiras e zero às falsas.

Após a análise das opções, proceda ao somatório e assinale a opção que registre o valor correto do resultado obtido.

24.1) O descumprimento por parte da contratada das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

24.2) Na inexistência de outra regra contratual, o prazo para pagamento da nota fiscal/fatura, devidamente atestada, não deverá exceder a 10 (dez) dias úteis contados da data de sua apresentação.

24.3) A administração poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de termo de reconhecimento de dívida.

24.4) O interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação será contado a partir da primeira assinatura do termo contratual.

24.5) Pró-labore é o equivalente salarial a ser pago aos cooperados pela cooperativa em contrapartida pelos serviços prestados.

- a) 5
- b) 1
- c) 4
- d) 2
- e) 3

25- Nos termos da IN 02, de 11/10/10 e alterações posteriores, a única penalidade que exige requerimento junto à autoridade competente para a cessação de seus efeitos é

- a) a advertência estabelecida no inciso I do art. 87 da Lei n. 8.666/93.
- b) a suspensão temporária estabelecida no inciso III do art. 87 da Lei n. 8.666/93.
- c) a declaração de inidoneidade estabelecida no inciso IV do art. 87 da Lei n. 8.666/93.
- d) a multa estabelecida no inciso II do art. 87 da Lei n. 8.666/93.
- e) o impedimento de licitar e contratar, estabelecido no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

26- Assinale a opção incorreta acerca das contratações públicas com empresas de pequeno porte no âmbito da Administração Pública Federal.

- a) Nas licitações do tipo menor preço, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.
- b) Nas licitações para a aquisição de bens, serviços e obras de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto, os órgãos e entidades contratantes poderão reservar cota de até vinte e cinco por cento do objeto, para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.
- c) Os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte deverão estar expressamente previstos no instrumento convocatório.
- d) Ainda que a licitação seja dispensável, a Administração deverá zelar para que haja a contratação de microempresa ou empresa de pequeno porte sempre que o valor da contratação não exceder a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).
- e) A comprovação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

- 27- As alíneas a seguir trazem entendimentos adotados pelo Tribunal de Contas da União acerca da contratação de bens e serviços em Tecnologia da Informação-TI. Assinale a opção que não representa um entendimento aplicado pelo TCU.
- a) Serviços de TI cuja natureza seja predominantemente intelectual não podem ser licitados por meio de Pregão. Tal natureza é típica daqueles serviços em que a arte e a racionalidade humanas são essenciais para a sua execução satisfatória. Não se trata, pois, de tarefas que possam ser executadas mecanicamente ou segundo protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos. Neste caso cabe a modalidade de concorrência do tipo menor preço.
  - b) Em geral, nem a complexidade dos bens ou serviços de Tecnologia da Informação nem o fato de eles serem críticos para a consecução das atividades dos entes da Administração descaracterizam a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado. Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão.
  - c) Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de Tecnologia da Informação geralmente atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos e a padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado. Logo, via de regra, esses bens e serviços devem ser considerados comuns para fins de utilização da modalidade Pregão.
  - d) A decisão de não considerar comuns determinados bens ou serviços de Tecnologia da Informação deve ser justificada nos autos do processo licitatório. Nesse caso, a licitação não poderá ser do tipo “menor preço”, visto que as licitações do tipo “menor preço” devem ser realizadas na modalidade Pregão.
  - e) Nas aquisições mediante Pregão, o gestor deve avaliar a complexidade demandada na preparação das propostas pelos eventuais interessados e buscar definir o prazo mais adequado entre a data de publicação do aviso do Pregão e a de apresentação das propostas, a qual nunca poderá ser inferior a 8 dias úteis, de modo a garantir a isonomia entre os interessados que tenham acessado especificações do objeto antecipadamente, por terem colaborado na fase de planejamento pelo fornecimento das informações mercadológicas e técnicas necessárias, e os demais interessados. Desse modo, procurar-se-á ampliar a possibilidade de competição.
- 28- Determinado órgão pertencente à estrutura da União é participante de registro de preços regularmente processado para a aquisição de papel A4.
- A despeito do registro da ata resultante do certame acima referido, o citado órgão resolve promover licitação na modalidade de Pregão para a contratação de papel A4.
- A respeito do caso hipotético acima narrado, indique a opção correta.
- a) Não é lícito ao órgão promover nova licitação para a contratação de objeto constante da ata de registro de preços da qual seja participante.
  - b) Independentemente do preço ofertado, o órgão estará obrigado a contratar como licitante vitorioso na segunda licitação, posto que não realizada pelo sistema de registro de preços.
  - c) Caso o preço ofertado pelo licitante vitorioso na segunda licitação seja o mesmo preço registrado em ata, terá preferência na aquisição o licitante cujo preço consta registrado em ata.
  - d) Para fins de aplicação do art. 7º do Decreto n. 3.931/2001, não basta cotejar somente os preços respectivamente ofertados na segunda licitação e os registrados em ata, sendo necessário analisar as condições das propostas, a fim de buscar a existência de igualdade de condições.
  - e) O órgão público está obrigado a mencionar, no termo de referência da segunda licitação, a existência de ata de registro de preços da qual faça parte e que conte com o mesmo objeto então licitado.
- 29- São contratos que podem durar além da vigência da Lei Orçamentária Anual, exceto:
- a) os contratos autorizados pelo plano plurianual.
  - b) a contratação de serviços contínuos.
  - c) a aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que compatíveis ou inerentes às finalidades do órgão ou entidade.
  - d) a contratação de equipamentos e programas de informática.
  - e) a locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípua da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.



30- A aplicação da teoria da imprevisão deriva da conjugação dos seguintes requisitos, exceto:

- a) Inimputabilidade do evento às partes.
- b) Ausência de impedimento absoluto.
- c) Imprevisibilidade do evento ou incalculabilidade de seus efeitos.
- d) Grave modificação das condições do contrato.
- e) Álea ordinária, também chamada de risco do negócio.

31- O Tribunal de Contas da União, em sede de tomada de contas ordinária, recomendou a autarquia federal que se abstivesse de prorrogar determinado contrato firmado após procedimento licitatório ocorrido sob a modalidade de Pregão.

Acatando a recomendação do TCU, a autarquia iniciou procedimento licitatório para a contratação do mesmo objeto, deixando de prorrogar a contratação.

Acerca do caso concreto acima narrado, indique a opção correta.

- a) O TCU deveria ter chamado a empresa prejudicada em oitiva, visando garantir o contraditório e a ampla defesa.
- b) A empresa prejudicada teve ferido seu direito a contratação, adquirido quando se saiu vencedora da licitação.
- c) Há apenas expectativa de direito da empresa à prorrogação do ajuste, estando a decisão no âmbito de discricionariedade da Administração.
- d) Sendo a relação jurídica travada entre o TCU e a Administração Pública Federal, ambos deveriam ter se preocupado em garantir o contraditório e a ampla defesa à empresa prejudicada.
- e) O contratado somente não faria jus à prorrogação se a contratação não tivesse sido precedida de licitação.

32- A secretaria de obras de determinado Estado membro da Federação firma, em nome do Estado, e após regular procedimento licitatório, contrato administrativo para a realização de obra pública. Entre as demais cláusulas do termo de contrato, há dispositivo que prevê a possibilidade de paralisação da obra por parte da Administração, hipótese em que as partes acordariam a respeito.

Considerando o caso concreto acima narrado, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STJ.

- a) Trata-se de hipótese em que o contrato merecia aditivo capaz de resguardar o seu equilíbrio econômico-financeiro.
- b) Quando a suspensão das obras se der em razão de interesse público, não há que se falar em indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- c) Como a paralisação da obra constava do termo de contrato, a contratada deveria tê-la embutido no preço contratado.
- d) Em se tratando de contrato administrativo, era dado à Administração rescindir ou suspender unilateralmente o pactuado sem qualquer indenização.

e) A paralisação da obra, já prevista em instrumento contratual integra a álea ordinária, ainda que o termo contratual disponha que haverá acordo a seu respeito.

33- A coluna I, abaixo, traz as características de três instrumentos jurídicos utilizados para a recomposição da equação econômico-financeira. Já a coluna II traz a nomenclatura desses institutos. Correlacione as colunas I e II para, ao final, assinale a sequência correta para a coluna I.

Coluna I	Coluna II
( ) Solução aplicável apenas para os contratos de serviços contínuos, objeto de renovação, nos termos do art. 57, II da Lei n. 8.666/93. Elimina a indexação absoluta dos preços.	(1) Revisão.
( ) Consiste em análise realizada ordinária ou extraordinariamente, destinada a reestabelecer a relação original entre encargos e vantagens. Resume-se numa comparação entre as situações existentes em dois momentos distintos.	(2) Reajuste.
( ) Envolve uma previsão contratual de indexação da remuneração devida ao particular a um determinado índice, de modo a promover a alteração do preço periodicamente de acordo com a variação do referido índice.	(3) Repactuação.

- a) 1 / 2 / 3
- b) 3 / 1 / 2
- c) 2 / 1 / 3
- d) 1 / 3 / 2
- e) 3 / 2 / 1

34- A empresa "X", contratada pela União Federal, por intermédio do Ministério da Fazenda para prestar serviços de limpeza, conservação e asseio, solicita ao contratante a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em virtude do aumento salarial determinado por dissídio coletivo da categoria profissional e com base na teoria da imprevisão.

Acerca da situação fática acima narrada e de acordo com a jurisprudência majoritária no STJ, assinale a opção correta.

- a) O dissídio coletivo é acontecimento imprevisível capaz de legitimar a aplicação da teoria da imprevisão.
- b) O dissídio coletivo é acontecimento previsível, porém de consequências incalculáveis e, portanto, legitima a aplicação da teoria da imprevisão.
- c) O dissídio coletivo da categoria profissional constitui-se em álea ordinária, capaz de legitimar a teoria da imprevisão.
- d) O aumento salarial dos empregados da contratada em virtude de dissídio coletivo constitui evento certo que deveria ser levado em conta quando da efetivação da proposta.
- e) O dissídio coletivo de categoria profissional configura álea extraordinária, capaz de possibilitar a aplicação da teoria da cláusula *rebus sic stantibus*.

35- Determinada municipalidade firmou contrato de prestação de serviços com a empresa "W". A contratação ainda vigia quando foi declarada nula, após o Tribunal de Contas competente para fiscalizar o Município ter apontado vício insanável ante a ausência de prévia licitação.

Acerca da situação fática acima narrada, assinale a opção correta.

- a) Quando houve a declaração de nulidade, as prestações resolveram-se de parte a parte, sendo dever de cada um suportar os próprios prejuízos.
- b) O contratado faz jus à indenização dos prejuízos ainda que tenha concorrido para a nulidade.
- c) O ente público não poderá deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados, ou pelos prejuízos decorrentes do encerramento antecipado da avença.
- d) O custo da desmobilização não deve integrar os danos emergentes porquanto já pago nas parcelas iniciais do contrato.
- e) Não há que se falar em indenização do contratado pelos lucros cessantes, sendo devida apenas a reparação pelos danos emergentes regularmente comprovados.

36- De acordo com os termos do Decreto n. 6.170/2007, é vedada a celebração de convênios e contratos de repasse, exceto:

- a) quando tratar-se de avença em que se pactue o ingresso de receita para o ente público mediante repasse de recursos oriundos de pessoa jurídica de direito privado.
- b) com órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios cujo valor seja inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais).
- c) com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham se omitido do dever de prestar contas em relações anteriores com a União.
- d) entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, quando então deverá celebrar-se termo de cooperação.
- e) com entidades privadas sem fins lucrativos que não logrem comprovar a realização de atividades referentes ao objeto do convênio ou contrato de repasse durante os três anos anteriores à avença.

37- A comissão gestora do SICONV, que funciona como órgão central do sistema, é composta por representantes dos seguintes órgãos, exceto:

- a) Secretaria Nacional de Justiça.
- b) Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.
- c) Secretaria Federal de Controle Interno.
- d) Secretaria do Tesouro Nacional.
- e) Secretaria de Gestão Pública.

38- As colunas abaixo trazem uma série de atribuições decorrentes das normas estampadas na Portaria MP/MF/CGU n. 507/2011 e a relação dos partícipes incumbidos de tais atribuições.

Correlacione as colunas para, ao final, assinalar a opção que contenha a sequência correta para a coluna II.

Coluna I	Coluna II
(1) Concedente	( ) Operacionalizar a execução dos programas, projetos e atividades mediante a divulgação de atos normativos e orientações.
(2) Conveniente	( ) Definir por etapa/fase a forma de execução do objeto conveniado.
	( ) Exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF.
	( ) Monitoramento, acompanhamento e fiscalização do convênio.
	( ) Avaliação da execução e dos resultados do convênio.

- a) 1 / 2 / 1 / 2 / 2
- b) 2 / 2 / 2 / 1 / 1
- c) 1 / 2 / 2 / 1 / 1
- d) 1 / 1 / 2 / 1 / 2
- e) 2 / 1 / 1 / 2 / 1

39- São cláusulas obrigatórias no Protocolo de Intenções, exceto:

- a) Indicação do concedente responsável pelo protocolo.
- b) Montante dos recursos que cada órgão ou entidade irá repassar.
- c) A duração do ajuste.
- d) Descrição detalhada do objeto, indicando os programas por ele abrangidos.
- e) Datas e critérios objetivos de seleção e julgamento das propostas.

40- Acerca da disciplina dos convênios e contratos de repasse, assinale a opção correta.

- a) Eventuais vícios no projeto básico, ou no termo de referência, serão sempre considerados insanáveis, ensejando a nulidade do instrumento.
- b) O projeto básico ou o termo de referência poderá ser dispensado no caso de padronização do objeto, a critério da autoridade competente do concedente, em despacho fundamentado.
- c) O prazo para a apresentação do projeto básico ou do termo de referência não poderá ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses contados da data da celebração da avença.
- d) Ainda que aprovados pelo concedente *a posteriori*, o projeto básico ou o termo de referência não deverão influenciar no plano de trabalho.
- e) Não será admitida a previsão de transferência de recursos para a elaboração do projeto básico ou do termo de referência.

## REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES DA UNIÃO

- 41- Para os efeitos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, não são servidores públicos
- os que se sujeitam ao regime jurídico estatutário.
  - os ocupantes de cargos nas autarquias públicas.
  - os funcionários das empresas públicas.
  - os ocupantes de cargo de provimento em comissão.
  - os que tiverem sido nomeados e empossados em caráter efetivo.
- 42- Quanto à investidura em cargo público, analise as assertivas abaixo e assinale a opção correta.
- A investidura em cargo público ocorre com a posse.
  - A posse deve ocorrer no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de provimento.
  - Em se tratando de servidor que esteja na data de publicação do ato de provimento em licença por motivo de doença em pessoa da família, o prazo para a posse será de 60 (sessenta) dias.
  - A posse pode dar-se mediante procuração específica.
- Todas as assertivas estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e III estão corretas.
  - Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas as assertivas I e IV estão corretas.
  - Todas as assertivas estão erradas.
- 43- Quanto ao sistema remuneratório do servidor público, assinale a opção incorreta.
- Vencimento é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor fixado em lei.
  - Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
  - O vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens de caráter permanente, é irredutível.
  - Nenhum servidor receberá remuneração inferior ao salário mínimo.
  - Em nenhuma hipótese poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiros, sendo o vencimento, a remuneração e os proventos do servidor público impenhoráveis.
- 44- São direitos deferidos aos servidores públicos federais, além do vencimento e das vantagens, conforme requisitos estabelecidos em lei, exceto
- adicional pelo exercício de atividades insalubres, perigosas ou penosas.
  - fundo de garantia do tempo de serviço.
  - adicional noturno.
  - gratificação natalina.
  - gratificação por encargo de curso ou concurso.
- 45- José foi nomeado para o exercício de cargo em comissão em órgão da Administração Pública Federal direta, sem que fosse ocupante de cargo efetivo. Certo dia, ao ser questionado pela sua chefia sobre documento público que estava sob sua responsabilidade, José informou que o tinha levado para analisar em sua casa e ainda não o havia trazido de volta à repartição. A autoridade competente aplicou-lhe a penalidade cabível nos termos da lei. Numa outra oportunidade, posteriormente à referida aplicação de penalidade, José foi novamente provocado a apresentar documento público sob sua guarda. Mais uma vez, ele respondeu à sua chefia não possuir, naquele momento, o documento por tê-lo retirado da repartição. Na reincidência da falta apresentada, a penalidade disciplinar a ser corretamente aplicada a José será:
- Advertência.
  - Suspensão.
  - Demissão.
  - Destituição de cargo em comissão.
  - Exoneração.
- 46- São beneficiários de pensão vitalícia do servidor público, exceto
- o cônjuge.
  - a mãe e o pai que comprovem dependência econômica.
  - os filhos.
  - o companheiro ou companheira designado que comprove união estável como entidade familiar.
  - a pessoa designada, maior de 60 (sessenta) anos e a pessoa portadora de deficiência, que vivam sob a dependência econômica do servidor.
- 47- Quanto ao regime jurídico dos servidores públicos da União, é correto afirmar que:
- consumado o suporte fático previsto na lei e preenchidos os requisitos para o seu exercício, o servidor passa a ter direito adquirido ao benefício ou à vantagem que o favorece.
  - além do estatuto legal específico, no tocante aos direitos e deveres dos servidores, deve ser observado também o disposto na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
  - os benefícios e as vantagens previstos na legislação no momento da posse do servidor público passam a ser direitos adquiridos.
  - o cargo público é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser acometidas a um servidor e podem ser criados por lei ou por decreto do Presidente da República.
  - a investidura em cargo público pode ocorrer com a posse ou com a reintegração.

- 48- Quanto às formas de provimento dos cargos públicos, é correto afirmar que:
- a nomeação é um ato administrativo que materializa uma das formas de provimento derivado.
  - a promoção decorre de desenvolvimento do servidor na carreira, mediante o cumprimento dos requisitos estabelecidos pela lei.
  - depois de aposentado por invalidez, na hipótese de uma junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria, o servidor retornará à atividade por meio de readaptação.
  - reversão é a reinvestidura do servidor estável no cargo anteriormente ocupado ou no cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a sua demissão por decisão administrativa ou judicial, com ressarcimento de todas as vantagens.
  - quando servidor estável retorna ao cargo anteriormente ocupado por conta da reintegração do anterior ocupante, trata-se de aproveitamento.
- 49- Quanto às regras a que se sujeita o servidor público durante o estágio probatório, é incorreto afirmar que
- a aptidão e a capacidade do servidor serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, observados os seguintes fatores: assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.
  - poderá o servidor exercer quaisquer cargos de provimento em comissão ou funções de direção, chefia, assessoramento no órgão ou entidade de lotação.
  - poderá o servidor ser cedido a outro órgão ou entidade para ocupar cargos de Natureza Especial, cargos de provimento em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores – DAS, de níveis 6, 5 e 4, ou equivalentes.
  - são admitidas, entre outras previstas expressamente na lei, as licenças por motivo de doença em pessoa da família; por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro; para o serviço militar; e para atividade política.
  - em todas as hipóteses de licenças e afastamentos admitidos legalmente durante este período, fica o estágio probatório suspenso até o término do impedimento.
- 50- Constatada administrativamente a irregularidade de um pagamento feito pela Administração Pública a um servidor de seu quadro efetivo, a reposição ao erário poderá ser feita
- mediante desconto imediato em uma única parcela, quando o pagamento indevido houver ocorrido no mês anterior ao do processamento da folha.
  - no prazo de sessenta dias, em qualquer hipótese.
  - por meio da inscrição do débito em dívida ativa, na hipótese de valores recebidos em decorrência de cumprimento de decisão judicial.
  - por meio de pagamento parcelado, em que cada parcela corresponderá ao valor total da remuneração, provento ou pensão, observado o limite do valor total recebido indevidamente.
  - por meio de arresto, sequestro ou penhora.
- 51- Sobre a indenização de ajuda de custo ao servidor, não se pode afirmar corretamente que
- o cálculo do valor a ser pago a título de ajuda de custo é feito com base em tabela única para os servidores públicos federais, levando-se em consideração a localidade a que se destina, o número de dependentes e o tempo de serviço público.
  - na hipótese de falecimento do servidor na nova sede, são assegurados ajuda de custo e transporte para a localidade de origem, dentro do prazo de um 1 (um) ano, contado do óbito.
  - a ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente.
  - será concedida ajuda de custo àquele que, não sendo servidor da União, for nomeado para cargo em comissão, com mudança de domicílio.
  - o servidor ficará obrigado a restituir a ajuda de custo quando, injustificadamente, não se apresentar na nova sede no prazo de 30 (trinta) dias.
- 52- São proibições ao servidor público:
- aceitar pensão de estado estrangeiro.
  - promover manifestação de apreço ou despreço no recinto da repartição.
  - participar de gerência de sociedade privada enquanto no gozo de licença para o trato de interesses particulares e observada a legislação sobre conflito de interesses.
  - exercer o comércio na qualidade de cotista.
  - retirar qualquer documento da repartição sem prévia anuência da autoridade competente.
- I, III e IV estão corretas.
  - I, II e V estão corretas.
  - II, IV e V estão corretas.
  - III, IV e V estão corretas.
  - I, II e III estão corretas.

- 53- Quanto às responsabilidades do servidor público federal, é incorreto afirmar que
- o servidor responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.
  - a responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros.
  - na hipótese de dano causado a terceiros, responderá civilmente o servidor diretamente ao prejudicado, sem prejuízo de responsabilização também perante a Fazenda Pública.
  - a responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade.
  - a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou sua autoria.
- 54- São ausências admitidas ao servidor público da União, sem qualquer prejuízo, exceto
- por 8 (oito) dias consecutivos em razão de casamento.
  - por 1 (um) dia para doação de sangue.
  - por 2 (dois) dias para se alistar como eleitor.
  - por 5 (cinco) dias, ao servidor estudante, por período letivo, para cumprimento de atividades acadêmicas obrigatórias.
  - por 8 (oito) dias consecutivos em razão de falecimento de irmãos.
- 55- Quanto à infração disciplinar e à prescrição da ação disciplinar, é incorreto afirmar que
- é de 5 (cinco) anos o prazo prescricional para as infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão.
  - o marco inicial para o cômputo do prazo de prescrição é a data em que o fato ocorreu, independente de ter-se tornado conhecido.
  - a contagem do prazo prescricional é interrompida pela abertura de sindicância ou instauração de processo disciplinar até a decisão final proferida por autoridade competente.
  - interrompido o curso da prescrição, o prazo começará a correr a partir do dia em que cessar a interrupção.
  - os prazos de prescrição previstos na lei penal aplicam-se às infrações disciplinares capituladas também como crime.
- 56- Quanto ao Processo Administrativo Disciplinar, é incorreto afirmar que
- a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa.
  - as denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, desde que contenham a identificação e o endereço do denunciante e sejam formuladas por escrito, confirmada a autenticidade.
  - da sindicância poderá resultar: arquivamento do processo; aplicação de penalidade de advertência, suspensão ou demissão; ou instauração de processo disciplinar.
  - o processo disciplinar é o instrumento destinado a apurar responsabilidade de servidor por infração praticada no exercício de suas atribuições ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido.
  - o processo disciplinar será conduzido por comissão composta de três servidores estáveis designados pela autoridade competente.
- 57- Quanto à contagem do tempo de serviço federal, é correto afirmar que
- a apuração do tempo de serviço é feita em meses, que serão convertidos em anos.
  - são considerados como de efetivo exercício para todos os efeitos os afastamentos, entre outros, em virtude de férias; de participação em programa de treinamento regularmente instituído; e de licença para tratamento de saúde de pessoal da família do servidor.
  - o tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função de órgão ou entidades dos Poderes da União, Estado, Distrito Federal e Município, autarquia, fundação pública, sociedade de economia mista e empresa pública será contado cumulativamente.
  - o tempo de serviço prestado às Forças Armadas é contado para todos os efeitos, inclusive, em dobro, o tempo em operações de guerra.
  - o tempo em que o servidor esteve aposentado será contado para todos os efeitos.
- 58- Conta-se para efeito de aposentadoria e disponibilidade, exceto
- o tempo de serviço público prestado aos Estados, Municípios e Distrito Federal.
  - o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, anterior ao ingresso no serviço público federal.
  - o tempo de serviço em atividade privada, vinculada à Previdência Social.
  - o tempo de serviço relativo a tiro de guerra.
  - o tempo de missão ou estudo no exterior, quando autorizado o afastamento, conforme dispuser o regulamento.

59- No tocante ao Plano de Seguridade Social do servidor público federal e de sua família, é incorreto afirmar que:

- a) ao servidor ocupante de cargo em comissão, ainda que não seja, simultaneamente, ocupante de cargo ou emprego efetivo na Administração Pública direta, autárquica e fundacional, são assegurados todos os benefícios do Plano de Seguridade Social.
- b) o Plano de Seguridade Social visa a dar cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família e compreende um conjunto de benefícios e ações.
- c) ao servidor público são garantidos, entre outros, os benefícios da aposentadoria, do auxílio-natalidade, do salário-família e da licença por acidente em serviço.
- d) ao dependente do servidor público são garantidos os benefícios de pensão vitalícia e temporária, auxílio-funeral, auxílio-reclusão e assistência à saúde.
- e) ao servidor licenciado ou afastado sem remuneração é garantida a manutenção da vinculação ao regime do Plano de Seguridade Social do Servidor Público, mediante o recolhimento mensal da respectiva contribuição, no mesmo percentual devido pelos servidores em atividade, incidente sobre a remuneração total do cargo a que faz jus no exercício de suas atribuições.

60- Quanto à aposentadoria do servidor público, pode-se afirmar corretamente que

- a) a aposentadoria por invalidez permanente dar-se-á com proventos integrais.
- b) aos oitenta anos de idade, o servidor será aposentado compulsoriamente com proventos proporcionais.
- c) ao servidor aposentado não é devida a gratificação natalina.
- d) a aposentadoria voluntária ou por invalidez vigorará a partir da data do pedido feito pelo servidor.
- e) a aposentadoria compulsória é automática e tem vigência a partir do dia imediato àquele em que o servidor atingir a idade-limite de permanência no serviço ativo.





Escola de Administração Fazendária  
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)